



PARECER JURÍDICO Nº 90011/2026

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração

ASSUNTO: Análise jurídica de Edital – Concorrência Eletrônica nº 90011/2026 – Processo nº 11/2026 – Pavimentação e drenagem pluvial – Conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

EMENTA - ANÁLISE JURÍDICA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL. EXAME DO EDITAL. CONFORMIDADE COM A Lei nº 14.133/2021. OBSERVÂNCIA À Lei Complementar nº 123/2006. LEGALIDADE DOS TERMOS EDITALÍCIOS. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO CERTAME.

I. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de análise jurídica do Edital da Concorrência Eletrônica nº 90011/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 11/2026, promovida pelo Município de Governador Celso Ramos/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração.

O objeto do certame consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação e drenagem pluvial da Rua Valmira Mafra, localizada no Bairro Fazenda da Armação, neste Município.

A modalidade adotada é a Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, com julgamento por lote único, regida pela Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147/2014, além de normas regulamentares municipais e disposições complementares aplicáveis.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. Da Modalidade e do Regime Jurídico

A adoção da modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, mostra-se adequada à natureza do objeto (obra e serviço de engenharia), nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



O critério de julgamento pelo menor preço revela-se compatível com o objeto pretendido, considerando que os projetos, planilhas orçamentárias, composições e demais anexos técnicos definem de forma precisa o escopo da contratação, permitindo comparação objetiva entre propostas.

A opção pelo modo de disputa aberto, com prorrogação automática, encontra respaldo na legislação e estimula a competitividade, atendendo aos princípios da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa.

2. Do Planejamento e da Instrução Processual

Verifica-se que o edital está acompanhado de:

- Termo de Referência;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Pesquisa de preços;
- Projeto básico e documentos técnicos complementares;
- Planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e composição de BDI;
- Projetos executivos.

Tal instrução atende às exigências dos arts. 6º, XXV, 18 e 46 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando observância ao princípio do planejamento.

3. Das Condições de Participação

O edital prevê credenciamento no SICAF e no sistema eletrônico oficial, além de elencar hipóteses de impedimento em consonância com o art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

As restrições estabelecidas visam prevenir conflito de interesses, fraude e participação de empresas sancionadas, atendendo aos princípios da moralidade e da probidade administrativa.

4. Da Apresentação de Propostas e Habilitação

A apresentação concomitante da proposta e dos documentos de habilitação, com posterior análise da habilitação do primeiro classificado, está em conformidade com o art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Os requisitos de habilitação observam os arts. 62 a 70 da referida lei, abrangendo:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FOLHA
Nº _____

- Habilitação jurídica;
- Regularidade fiscal, social e trabalhista;
- Qualificação técnica;
- Qualificação econômico-financeira.

No que se refere às microempresas e empresas de pequeno porte, o edital contempla o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, assegurando prazo para regularização fiscal posterior à fase de habilitação, em conformidade com o art. 43 da mencionada norma.

5. Da Exequibilidade das Propostas

O edital estabelece parâmetros objetivos para análise de exequibilidade, em especial:

- Percentual mínimo para serviços de engenharia;
- Possibilidade de diligência para comprovação da viabilidade da proposta;
- Exigência de garantia adicional quando cabível.

Tais previsões encontram respaldo nos arts. 59 e 96 da Lei nº 14.133/2021, revelando cautela da Administração na prevenção de propostas inexecutáveis.

6. Dos Recursos Administrativos

O edital disciplina a fase recursal em conformidade com o art. 165 da Lei nº 14.133/2021, assegurando contraditório e ampla defesa.

A previsão de efeito suspensivo atende ao devido processo legal administrativo.

7. Das Sanções Administrativas

As penalidades previstas — advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade — observam os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, com garantia de processo administrativo e direito de defesa.

8. Da Competência para Adjudicação e Homologação

A atribuição da adjudicação e homologação ao Prefeito Municipal encontra respaldo na legislação e na organização administrativa municipal, não havendo vício quanto à competência.

III. CONCLUSÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FOLHA
Nº _____

Diante do exposto, esta Procuradoria opina pela regularidade jurídica do Edital da Concorrência Eletrônica nº 90011/2026, por se encontrar em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a Lei Complementar nº 123/2006, bem como com os princípios que regem a Administração Pública.

Não se vislumbram vícios formais ou materiais que impeçam o prosseguimento do certame.

Opina-se, portanto, pelo regular prosseguimento do procedimento licitatório.

É o parecer.

Governador Celso Ramos/SC, 23 de fevereiro de 2026.

GRASIELA ILZA ROSA
Procuradora Geral do Município
OAB/SC 20.653